

Ler História é uma revista publicada com arbitragem científica. Está indexada como revista de circulação internacional no ERIH (European Science Foundation), CAPES (Brasil), Latindex e EBSCO.

Artigo	MAGDA PINHEIRO
Artigo	MARIA JOÃO VAZ
Artigo	ÂNGELA BARRETO XAVIER (ICS – Universidade de Lisboa); FRÉDÉRIC VIDAL (CRIA – Instituto Universitário de Lisboa); JORGE MANUEL FLORES (Instituto Europeu de Florença); JOSÉ VICENTE SERRÃO (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); LUÍS NUNO RODRIGUES (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); MAGDA PINHEIRO (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); MARIA CARLOS RADICH (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); MARIA DE FÁTIMA SA E MELO FERREIRA (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); MARIA FERNANDA ROLLO (FCSH/Universidade Nova de Lisboa); MARIA JOÃO VAZ (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); MIRIAM HALPERN PEREIRA (CEHC – Instituto Universitário de Lisboa); RAUL ITURRA (CRIA – Instituto Universitário de Lisboa).
Artigo	MARILIA CONSTANTINO
Artigo	ALBERTO GIL NOVALES (Universidade Complutense de Madrid); ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA (CIES – Instituto Universitário de Lisboa); DAVID HANCOCK (Universidade do Michigan); ELOY FERNÁNDEZ CLEMENTE (Universidade de Saragoza); FERNANDO BOUZA (Universidade Complutense de Madrid); IRENE VAQUINHAS (Universidade de Coimbra); ISIDORO MORENO (Universidade de Sevilha); JOAQUIM DE CARVALHO (Universidade de Coimbra); JOAQUÍN DEL MORAL RUIZ (Universidade Autónoma de Madrid); JOHN THORNTON (Universidade de Boston); JORGE FERNANDES ALVES (Universidade do Porto); JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA (FCSH – Universidade Nova de Lisboa); JOSÉ ESTEVES PEREIRA (FCSH – Universidade Nova de Lisboa); JOSÉ JOBSON ARRUDA (Universidade Estadual de São Paulo); JOSÉ LUÍS CARDOSO (ICS – Universidade de Lisboa); JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa); LÚCIA BASTOS (Universidade Federal Fluminense, Brasil); LAURA DE MELLO E SOUZA (Universidade de São Paulo); LUÍS FILIPE THOMAZ (Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa); MANUEL PEREZ LEDESMA (Universidade Autónoma de Madrid); MANUELA TAVARES RIBEIRO (Universidade de Coimbra); MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA (Universidade Estadual de São Paulo); MAURIZIO RIDOLFI (Universidade de Tuscia, Viterbo); NÉLJA DIAS (CRIA – Instituto Universitário de Lisboa); NURIA SALES; RAMÓN VILLARES (Universidade Santiago de Compostela); RAQUEL HENRIQUES DA SILVA (FCSH – Universidade Nova de Lisboa); ROBERT ROWLAND (CRIA – Instituto Universitário de Lisboa); SANJAY SUBRAHMANYAM (University of California/Los Angeles); SERGE GRUZINSKI (IEHES – CNRS); VALDO D'ARIEÑO (Universidade de Salerno); VÍTOR MATIAS FERREIRA (Dinâmia – Instituto Universitário de Lisboa); WALTER ROSSA (Universidade de Coimbra).

Esta publicação respeita as normas do novo acordo ortográfico.

© Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

Revista «Ler História»
Edifício ISCTE-IUL – Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa – Portugal
ler.historia@iscte.pt | www.lerhistoria.iscte.pt

Ler História – Associação de Atividades Científicas
Edifício ISCTE-IUL

Ler História – Associação de Atividades Científicas
Edifício ISCTE-IUL – Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa – Portugal

Marta Figueiredo

Artipol, Artes Tipográficas, Lda. – Apartado 3051 – 3754-901 Águeda

Revista Semestral

Sodilivros, Lda. – Rua de Campolide, 183-B – Lisboa

800 exemplares

Preço de venda: €12,47 + 6% IVA = 13,22 €

ISSN 0870-6182

Deposito legal: 87039/95

DOSSIER: NOVAS PERSPETIVAS NA HISTÓRIA DOS TRANSPORTES

Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930 <i>Luis Espinha da Silveira, Daniel Aives, Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara e Josep Puig-Farré</i>	7
Espaço, tempo e preço dos transportes: a utilização da rede ferroviária em finais do século XIX <i>Magda Pinheiro, Nuno Miguel Lima e Joana Paulino</i>	39
ESTUDOS	
Visiones españolas de algunos anhelos prohibidos en el Portugal de los Braganza (1668-1700): en torno a una nueva unión ibérica <i>David Martín Marcos</i>	67
O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX <i>Ismael Cerqueira Vieira</i>	85
Pensar e mandar fazer ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo <i>Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiroz e Tiago Brandão</i>	105
A historiografia pós-moderna <i>José D'Assunção Barros</i>	147

CRÍTICAS E DEBATES

O «letrado patriota»: elites, ideologia e nação no processo de emancipação política ibero-americano. Roteiro bibliográfico <i>Isabel Corrêa da Silva</i>	171
Respostas.....	189
Resumo/Resumen/Abstract.....	201
Lista de colaboradores.....	208

Paiva, José Pedro, *Baluartes da Fé e da Disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1759)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011

O título deste livro propõe uma tese que é, por assim dizer, contraintuitiva: a de que se verificou um enlace – uma aliança? – entre os bispos e a inquisição no processo de controlo da ortodoxia (e, em concreto, de repressão da heresia) e de disciplinamento social que se pode identificar no Portugal da época moderna. Para quem defende a natureza jurisdicional da monarquia portuguesa, na qual cada «corpo» da *respublica* era demasiado ciente das suas prerrogativas, a ideia de um enlace entre inquisição e bispos não é, de facto, evidente. Partindo do conceito de campo forjado por Pierre Bourdieu, é o próprio José Pedro Paiva a lembrar, aliás, nas páginas introdutórias do livro, e cito, que a Igreja era «uma instituição heterogénea, um corpo pluricelular, formada por diversos grupos e uma multidão de indivíduos. Estes possuíam uma cultura heteróclita, uma formação moral e princípios religiosos com alguma margem de diferenciação» (p. 8). E é o próprio autor a afirmar que o surgimento da Inquisição em Portugal, em 1536, tinha originado uma situação inédita, obrigando a uma reorganização dos equilíbrios de poder no campo religioso.

Apesar disso – e é sobre esta situação improvável que o livro incide – a história da relação entre os bispos e a inquisição, dois incontornáveis protagonistas do campo religioso, seria, até 1745, uma história feliz, mais feita «de laços do que de limites» (p. 188). Contrapondo-se aos que têm atribuído quase exclusivamente ao Santo Ofício a missão de velar pela defesa da ortodoxia católica no Portugal da época moderna, José Pedro Paiva apresenta, ao invés, uma paisagem na qual esta missão era executada por esses dois baluartes da fé que eram o episcopado e o Santo Ofício.

Mas antes de passar aos conteúdos do livro, creio que, para o melhor podermos apreciar, ele deve ser situado, em primeiro lugar, na produção historiográfica do próprio autor. Os primeiros dois livros de José Pedro Paiva – *Práticas e crenças mágicas. O medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740)* (Coimbra: Livraria Minerva, 1992), e *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas: 1600-1774* (Lisboa: Editorial Notícias, 1997) – incidiram, como é sabido, sobre temas sobre os quais pouco ou nada se escrevera em Portugal, mas que eram

amplamente discutidos no contexto internacional. Dessa forma, José Pedro Paiva deu um contributo muito importante para o entendimento das práticas inquisitoriais a este nível, mas também, para um conhecimento mais aprofundado da sociedade portuguesa da época e, nomeadamente, a sua religiosidade. Com os capítulos de sua autoria publicados no 2º volume da *História Religiosa de Portugal*, os quais providenciam um excelente mapeamento de muitos aspetos da história institucional da Igreja da época moderna, nomeadamente na sua relação com o poder político, começa a configurar-se, com alguma visibilidade, aquilo que se poderia apelar de projeto sistemático – para o qual os anteriores livros acabam por concorrer. Com a publicação, em 2006, de *Os Bispos de Portugal e do Império – 1495-1777* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra), de *Os Baluartes da Fé*, em 2011, bem como de um outro projeto bibliográfico já na forja, parece tornar-se claro que José Pedro Paiva se constitui como um dos mais importantes renovadores da história portuguesa da época moderna – nomeadamente da sua história religiosa –, recolocando o fenómeno religioso, as instituições e os agentes religiosos, numa história mais geral, e, em concreto, na história política, da qual foram muitas vezes expulsos.

Este *output* historiográfico torna cada vez mais visível, importa dizer, a impossibilidade de se fazer uma boa história política, social, cultural, da época moderna, sem atender ao papel estrutural que a dimensão religiosa nela teve. Note-se, ainda, que este revisionismo historiográfico que em Portugal tem contributos essenciais de outros autores – Francisco Bethencourt, José Adriano Freitas de Carvalho, Maria de Lurdes Correia Fernandes, Federico Palomo, e mais recentemente Giuseppe Marcocci –, dialoga diretamente com o que de melhor se faz, a este nível, internacionalmente.

Dito isto, passe-se, então, a uma descrição muito sucinta do livro que se desenvolve em cinco longos capítulos.

Os primeiros dois capítulos privilegiam a dimensão institucional do diálogo entre bispos e Inquisição e o modo com ambos colaboraram na repressão da heresia.

A fundação da Inquisição, as alterações que necessariamente comportou para o campo religioso, potenciadas pelas estratégias desenvolvidas (com frequente proteção do poder político, nomeadamente do cardeal D. Henrique, e do poder papal) no sentido de aumentar as suas competências sobre matérias de jurisdição da fé, colidindo com áreas tradicionalmente reservadas à esfera episcopal (nomeadamente em matéria de confissão, de repressão das heresias, e até mesmo de censura), constituem as temáticas abordadas no primeiro capítulo.

Apesar das áreas de inevitável colisão entre ambos, e apesar da complexidade do processo, o autor mostra que o ajuste do episcopado em relação

à nova situação jurisdicional, ocorreu desde muito cedo – a começar pelos bispos diretamente envolvidos no processo de fundação da Inquisição, ou nos que foram inquisidores, e continuando na «estrutura estável disseminada por todo o reino, que o esquadrinhava até ao nível da mais pequena paróquia» que os bispos dispunham, cujos agentes – párocos, vigários, curas –, e dispositivos – as visitas pastorais – reuniam um caudal de informação que desembocava na Inquisição, sugerindo, inclusive, matérias nas quais esta podia e devia intervir. Em suma, esse ajuste de objetivos permitiu que entre bispos e Inquisição houvesse uma relação de «grande harmonia, estreita colaboração e profunda complementaridade» (p. 140), relação que é atestada por um conjunto de documentação que Paiva utiliza de forma convincente.

Os dois capítulos seguintes incidem sobre «o enervamento de matriz ideológica» que impregnava a boa relação entre as duas instituições – objeto do terceiro capítulo –, o qual melhor se entende no contexto dos processos de disciplinamento social que caracterizaram os «estados confessionais» da época moderna, analisados no quarto capítulo.

Esse enervamento de matriz ideológica tinha no mal-estar em relação aos cristãos-novos o principal pólo unificador, expresso em sermonários, tratadística e catecismos. A sintonia ideológica de que nos fala José Pedro Paiva, fazia tanto mais sentido quanto era estruturante a convicção de que os cristãos-novos eram um perigo para a coesão da *respublica*, constituindo-se, por isso mesmo, como um obstáculo ao próprio poder político. Daí a relevância da aliança entre a coroa e a igreja – da qual a relação entre bispos e inquisição se constituía como mais uma, e muito importante, declinação.

No capítulo seguinte, uma excelente introdução à operatividade do conceito de «disciplinamento social» para analisar os processos políticos e sociais que ocorreram na época moderna, e o papel que bispos e inquisição aí tiveram, Paiva mostra que, e cito, «bispos e inquisição vigiaram espaços diferenciados, concentraram a atuação sobre estratos de populações distintos, puniram crenças religiosas e comportamentos de diferente tipo (...)» – apesar de os bispos terem julgado mais gente e de, no geral, terem uma severidade punitiva bastante menor, marcados pelo seu *ethos* de pastores, revelado, aliás, na opção por «estratégias mais pedagógicas, educativas e doces» (p. 292), em contraponto com a «severa e pública repressão das heresias» que caracterizava o trabalho dos «vigias», i.e., dos inquisidores.

Estes quatro capítulos visam demonstrar a tese central do livro: de que a relação entre estas duas instituições foi feita, nestes dois séculos, mais de laços do que de limites. Contudo, e de modo a complexificar a paisagem, o autor dirige a sua objetiva, no capítulo final, para dois pontos distintos: para o lado, e para o interior.

Na primeira parte do capítulo final, compara as experiências antes descritas, com os casos espanhol e italiano, para reiterar a ideia – antes enunciada – que a experiência portuguesa, fazendo jus ao tradicional provérbio dos «brandos costumes», tinha sido muito mais pacífica do que as vizinhas. Isto é, o «corporativismo institucional» – se é legítimo falar assim – seria muito maior naqueles territórios do que em Portugal, onde, no final de contas, as próprias instituições de disciplinamento eram disciplinadas...

Na segunda parte deste capítulo mostra que esse disciplinamento de ambas instituições – e repare-se que no livro fala-se, quase sempre de bispos e de Inquisição, e raramente de bispos e inquisidores – não silenciava posições dissonantes. Como em qualquer bom e duradouro enlace, também no casamento entre o Santo Ofício e os bispos «existiram desconfiças, receios, problemas e até discórdias» (p. 322), e grandes conflitos. Ou seja, a harmonia entre as duas instituições também se construiu tensionalmente, no século XVIII, com a querela que opôs Inácio de Santa Teresa à Inquisição, prolongada na questão do sigilismo, cavar-se-ia um fosso inultrapassável entre Inquisição e bispos, os quais deixariam de se submeter, doravante, à hegemonia entretanto alcançada pela Inquisição. Ao mesmo tempo que se anunciavam os novos ventos da secularização. Ou seja, o enlace que caracterizara dois séculos de relação e que, para muitos, explicava esse Portugal «limpo de scismas e erros» (p.427) perderia agora a vitalidade que o caracterizara, nele passando a medrar, nas palavras do autor, «mais limites do que laços» (p. 418). Intui-se, pela leitura do livro, que no fim desse casamento vislumbrava-se, também, o fim de um sistema, cujos primeiros golpes surgiriam, logo, com a chegada do Marquês de Pombal ao poder.

Para além das inúmeras virtualidades que o livro encerra que se podem declinar das observações anteriores, e de outras que, por economia de espaço, não podem aqui ser desenvolvidas, algumas opções de carácter metodológico também devem ser salientadas. Desde logo, a sua amplitude geográfica e o jogo de escalas que permite, pois aí se contam, simultaneamente, uma história macro, uma narrativa maior – e não apenas portuguesa –, e várias histórias micro (e aí se pressente a lição de Ginzburg) que, de uma ou de outra forma, para ela concorrem. Por exemplo, ficamos a conhecer mais sobre a densidade e variabilidade das vidas no interior do reino, em vez de nos ficarmos por alusões ao que se passava nas grandes cidades, i.e., as cidades onde havia Inquisição. Esse pulsar da vida das gentes de Viseu até Évora, e daqui a Goa ou a Lisboa, é, a meu ver, muito enriquecedor. Ou seja, José Pedro Paiva consegue apresentar um elegante equilíbrio para as difíceis articulações entre o macro e o micro, entre estrutura e *agency*, entre análise e processo, o que, como é sabido, é extremamente difícil de alcançar.

Esta verificação convida a uma segunda observação: a dimensão sociológica (e a marca de Pierre Bourdieu é explícita) e antropológica de trabalhos anteriores do José Pedro Paiva, também aqui está bem presente. Não só na identificação de regularidades grupais (a Inquisição como bloco, os bispos), mas também no mapeamento das minudências da vida concreta, e ao modo como estas deram textura ao processo histórico, não se deixando domesticar completamente (não se deixam disciplinar?), pelo olhar, pelos modelos teóricos, pela escrita do historiador.

Ainda assim, a autora destas páginas não ficou totalmente convencida com o argumento desenvolvido por José Pedro Paiva. A meu ver, os *Baluartes da Fé e da Disciplina* permitem uma contra-leitura. I.e., uma leitura igualmente densa da narrativa aí contada – assente na mesma documentação e nos muitos casos elencados pelo autor – pode suscitar mais dúvidas em relação à «grande harmonia, estreita colaboração e profunda complementaridade» (p. 140), que, segundo José Pedro Paiva, teria caracterizado a relação entre bispos e Inquisição nos séculos XVI e XVII, e para além das ambiguidades referidas pelo próprio. O exemplo de D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa, a quem coube estabelecer a Inquisição naqueles lugares é, a esse respeito, sintomático. A carta pastoral com que abre a tradução do tratado de Jerónimo de Santa Fé, publicado em Goa em 1565, expressa uma tendência, presente em vários outros prelados em optar pelas vias doces em vez de escolher as vias repressivas que a Inquisição corporizava na relação entre cristãos e judeus e/ou cristãos-novos. Mas outras situações, também exploradas por José Pedro Paiva, como as dificuldades dos anos iniciais, os conflitos de precedências no âmbito cerimonial, ou as discórdias mais substantivas às quais o autor dedica várias dezenas de páginas, podem também revelar que não foi com bons olhos que os bispos assistiram à implantação da Inquisição, e às suas tentativas desta – e dos seus inquisidores – em ser reconhecida como a principal instituição eclesiástica portuguesa. Mas estas minhas dúvidas são, também elas, ancoradas em posicionamentos historiográficos igualmente explícitos, os quais formatam, inevitavelmente, a interpretação deste livro incontornável para quem quiser compreender os processos políticos, institucionais, sociais e culturais do Portugal da época moderna, pelo que convido o leitor a, por si só, inquirir da natureza da relação entre estes dois baluartes da fé – bispos e inquisidores – e avaliar as suas características.

Ângela Barreto Xavier
ICS – Universidade de Lisboa